

QUESTÕES DISSERTATIVAS

LICITAÇÕES E CONTRATOS

51) Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere a Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta Lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos. Depois da experiência do Pan 2007, e com o a definição da Cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016, disserte sobre as formas de como exercer um controle efetivo sobre os contratos e licitações públicas. Para tanto, faça-o em, no máximo, em 10 linhas.

Comentários

Espera-se, do candidato, que ele demonstre contemporaneidade com os temas nacionais, tal como a escolha da Cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, bem como as irregularidades encontradas nas contas de contratos de licitação do Pan 2007, procurando demonstrar seus conhecimentos dos mecanismos legais, preponderantemente a Lei 8.666/97, para coibir tais excessos.

52) Quais são os requisitos básicos para investidura em cargo público? Utilize 15 linhas.

Comentários

A Lei 8.212/90 trata do regime jurídico dos servidores públicos. Em seu artigo 5º, se detém especificamente sobre os requisitos básicos para a investidura em cargo público. O candidato deve demonstrar conhecimentos sobre o assunto.

Art. 5º - São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

§ 1º - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 3º - As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.

53) Como se dá a posse do cargo público? Comente em 15 linhas.

Comentários

Espera-se do candidato algum conhecimento acerca da posse em cargo público, que é tratada no artigo 13 da Lei 8.212/90 trata do regime jurídico dos servidores públicos.

Art. 13. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º - posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

§ 2º Em se tratando de servidor, que esteja na data de publicação do ato de provimento, em licença prevista nos incisos I, III e V do art. 81, ou afastado nas hipóteses dos incisos I, IV, VI, VIII, alíneas a, b, d, e e, f, IX e X do art. 102, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º - A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 4º - Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.